


# Breve cartografia do Instituto Municipal Nise da Silveira: o cuidado pela arte e cultura

*Brief cartography of the Nise da Silveira Municipal Institute: care through art e cultura*

Renata Patricia Forain de Valentim\* 

Mariah Martins\*\* 

## RESUMO

Este artigo tem como propósito uma breve cartografia das formas de cuidado pela arte e cultura no Instituto Municipal Nise da Silveira (IMNS), mapeando, na história da ocupação de seu território pelo lúdico e pelo artístico, os avanços e retrocessos das políticas nacionais para a saúde mental. Seu objetivo é refletir sobre como o uso da arte na reinvenção existencial de sujeitos institucionalizados conseguiu se construir e se manter naquela instituição, resistindo aos ataques e desmontes dos sucessivos governos e direções, servindo como proposta de novos meios de tratamento e funcionando como um modo de resistência ao manicômio.

**Palavras-Chave:** desinstitucionalização; arte e cultura; Instituto Municipal Nise da Silveira; Reforma Psiquiátrica.

## ABSTRACT

The purpose of this article is a brief cartography of the history of forms of care through art and culture at the Nise da Silveira Municipal Institute (IMNS). It also maps the advances and setbacks of national policies for the mental health in the history of occupation of its territory by the playful and artistic. The objective is to reflect on how the use of art in the existential reinvention of institutionalized people was built and maintained in that institution, resisting the attacks and dismantling of successive governments and directions, serving as a proposal for new means of treatment and working as a way of resistance to the asylum.

**Keywords:** deinstitutionalization; art and culture; Nise da Silveira Municipal Institute; psychiatric reform.

## ARTIGO

<https://doi.org/10.12957/rep.2024.80332>

\* Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Rio de Janeiro, RJ, Brasil. E-mail: [renatapfvalentim@gmail.com](mailto:renatapfvalentim@gmail.com)

\*\* Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Rio de Janeiro, RJ, Brasil. E-mail: [mariahmartinsuerj@gmail.com](mailto:mariahmartinsuerj@gmail.com)

Como citar: VALENTIM, R. P. F. de; MARTINS, M.. Breve cartografia do Instituto Municipal Nise da Silveira: o cuidado pela arte e cultura. *Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 54, pp. 168-180, jan/abr, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/rep.2024.80332>

Recebido em 25 de junho de 2021.

Aprovado para publicação em 10 de outubro de 2021.



## Introdução

A cada passo dado no Instituto Municipal Nise da Silveira esbarra-se com a memória de sua mais ilustre representante, aquela que revolucionou o trato com a loucura e que hoje dá nome ao instituto. Ainda estão por lá os descendentes dos primeiros gatos coterapeutas, que a ajudaram na lida com os pacientes; está também o Museu do Inconsciente, importante centro de estudos e pesquisas, que reúne as obras produzidas em suas oficinas expressivas de pintura e modelagem. Além disso, transbordam por ali inúmeros projetos terapêuticos, que herdaram seu fascínio pelas formas representacionais e estéticas produzidas pela loucura: Loucura Suburbana, bloco de carnaval; Trilhos do Engenho, centro de convivência; Espaço Travessia, pontos de referência e apoio aos artistas plásticos e às formas alternativas de cuidado; Espaço Aberto ao Tempo, que mais tarde se torna o Caps EAT Severino dos Santos; entre outros dispositivos que atuaram pelo viés da arte e da cultura.

Mas, a cada passo dado no instituto, tem-se também a percepção de ser impregnado por outras marcas. O lúgubre dos enormes edifícios vazios e condenados; a casa verde, antiga escola de formação de enfermeiras Ana Nery, um dos únicos edifícios remanescentes da antiga Colônia de Psicopatas, uma pequena casa situada no meio do instituto, cercada por telas de arame, onde até o ano de 2019 ainda se podiam ouvir gritos e ver pacientes nus, deitados no chão, contrastando cruelmente com toda a vida produzida em seu redor. O estranhamento se conserva e parece derivar principalmente da coexistência de diferentes camadas históricas em um mesmo espaço físico, de estarem presentes as marcas de 1911, data de fundação da colônia, mas também as de 2021, ano em que se fecham os últimos leitos de internação no instituto. Hoje, o antigo Pavilhão Ana Nery é o Memorial da Loucura do Engenho de Dentro, espaço reservado à preservação e produção de memória do que foi a instituição.

Partindo destas primeiras impressões, este artigo tem como propósito uma breve cartografia das formas de cuidado pela arte desenvolvidas no Instituto Municipal Nise da Silveira (IMNS), mapeando, na história da ocupação de seu território pelo lúdico e pelo artístico, os avanços e retrocessos das políticas nacionais para a saúde mental. Isso porque o método cartográfico, como nos lembram Barros e Kastrup (2015), implica a compreensão desta “espessura processual” complexa que é trazida pelo território. Significa, entre outras coisas, reativar as articulações históricas e a rede de forças à qual o objeto em questão encontra-se desde sempre conectado, mergulhando na intensidade do presente para dar fala aos afetos que historicamente construíram as formas de habitar um determinado território.

Como ressaltam Passos e Barros (2015), cartografar não significa uma ação sem direção. A cartografia apenas reverte o sentido tradicional de um caminhar para alcançar

a compreensão de um objeto, em metas pré-fixadas, para um percurso orientado pelas pistas que vão se oferecendo ao longo do próprio percurso. Em uma avaliação constante de seus efeitos, do processo e dos resultados que vão se apresentando.

Isso exige do pesquisador um mergulho na experiência, no lugar onde conhecer, fazer, transformar e se transformar tornam-se inseparáveis. A presença no campo implica estar em contato direto com as pessoas e com o seu território existencial. Implica ainda estar disponível para a exposição àquilo que se apresenta nesse caminho, bem como estar atento à rede de forças à qual o objeto encontra-se conectado, “dando conta de suas modulações e movimentos permanentes” (Barros; Kastrup, 2015, p. 57).

Distante da assepsia tomada como ideal pela ciência moderna, na cartografia o pesquisador não se depara com um objeto facilmente definível e identificável, estático ou imóvel. Trata-se de um mapeamento sempre provisório, sempre em processo, resultado das articulações históricas, das conexões que este objeto estabeleceu e continua estabelecendo com o seu entorno. No caso deste trabalho, significa pensar como o uso da arte na reinvenção existencial de pessoas institucionalizadas conseguiu se construir e se manter naquele espaço, resistindo aos ataques e desmontes dos sucessivos governos e direções, servindo como proposta de novos meios de tratamento e funcionando como um modo de resistência ao manicômio.

Nessa perspectiva, este texto foi estruturado em três partes. A primeira resgata a trajetória da Colônia de Alienadas que deu origem ao Centro Psiquiátrico Nacional, depois transformado em Centro Psiquiátrico Pedro II. A segunda parte situa a criação do Instituto Municipal Nise da Silveira no contexto do Movimento de Reforma Psiquiátrica. Por fim, são sinalizados alguns retrocessos e desafios para a luta antimanicomial e para o próprio Instituto Municipal Nise da Silveira.

## Da Colônia de Alienadas ao Centro Psiquiátrico Pedro II

De diversas formas, o espaço institucional que se construiu ao longo dos anos no Engenho de Dentro foi hostil às mulheres. O marco de sua fundação é a criação em 1911 da Colônia de Alienadas do Engenho de Dentro, destinada a receber o número excedente de mulheres do Hospício Nacional de Alienados, em especial aquelas consideradas “indigentes”, que não podiam pagar por seu tratamento. Ali elas trabalhavam para custeá-lo, se fossem consideradas aptas para tal, em atividades como avicultura e plantação de hortas. Uma forma de funcionamento institucional defendida por alienistas como Braule Pinto, por conta de seu caráter híbrido, misto de dispositivo terapêutico e de medida econômica para o Estado (Arquivo Nacional, [191-?]).

Funcionava estritamente dentro dos preceitos psiquiátricos mais tradicionais, aplicando de forma radical o isolamento, o controle e a vigilância no trato com a loucura.

Associava suas pretensas finalidades terapêuticas à mesma moralidade com que a recém-criada república, de homens brancos da elite patriarcal brasileira, lidava com os demais marcadores sociais da diferença, tais como os de raça, de pobreza ou de gênero (Valentim *et al.*, 2019).

Na década de 1940, a Colônia de Alienadas do Engenho de Dentro, que fora inaugurada em 1911 e que em 1923 passou a se chamar Colônia de Psicopatas do Engenho de Dentro, torna-se Centro Psiquiátrico Nacional. É, nesse período, um complexo hospitalar equipado com os mais modernos equipamentos e instalações do período (Amarante, 2014; Oliveira, 2009). Herda as promessas de cura para a doença mental da década anterior e acolhe efusivamente as novas técnicas apresentadas como eficazes para alcançar a “normalidade”, tais como a eletroconvulsoterapia, o choque insulínico e a lobotomia. A mudança de nome acontece em função da centralidade que esta instituição e a Colônia Juliano Moreira passam a ter com o fim do Hospital Nacional de Alienados, em 1944.

Neste mesmo ano Nise retorna para o seu trabalho no Centro Psiquiátrico Nacional depois de haver sido presa pelo Estado Novo e não se adapta às novas técnicas, se recusando a utilizar o eletrochoque e outras formas invasivas como tratamento. De sua inadequação, em 1946 surge a Seção de Terapêutica Ocupacional e Reabilitação (STOR), lugar onde eram desenvolvidas diversas atividades expressivas, tendo como destaque a pintura e a modelagem.

O STOR pode ser considerado a primeira linha de fuga pela arte naquela instituição que até então estava inserida nos padrões de uma instituição “total”: sem contato com o mundo externo, fechada sobre si mesma, com horários e espaços estritamente determinados, sem garantir aos seus clientes nenhum tipo de contato familiar ou afetivo (Goffman, 1974).

Neste sentido, Nise propõe uma outra forma de lidar com a doença mental porque renuncia definitivamente às contenções mecânicas ou farmacológicas no tratamento dos corpos asilados e se debruça na arte como meio de comunicação e expressão da interioridade. As oficinas deixam de ser trabalhos forçados e passam a ser lugares de construção e ordenação de territórios subjetivos. Ergue-se um tal processo de reconhecimento público destas produções que em 1952 é inaugurado o Museu Imagens do Inconsciente, que, além de se tornar uma referência artística no cenário nacional e internacional, torna-se também um importante ponto de resistência ao funcionamento manicomial da instituição. Alicerce importante, já que mesmo com toda a rede de sustentação formada em torno de seu trabalho, Nise continuava a sofrer represálias de seus pares médicos (Mello, 2015).

Enquanto no resto do mundo se vivia o *novo*, a bossa nova, o cinema novo, a *nouvelle vague*, dentro do manicômio as décadas de 1950 e 1960 serão marcadas pelo advento dos psicotrópicos, que reforçam suas práticas mais arcaicas e fazem com que o poder

psiquiátrico aja ainda mais sobre a vida dos sujeitos institucionalizados, sobre corpos ainda mais docilizados e submissos às opressões institucionais (Foucault, 2006; Amarante, 2014). Reafirma-se ainda a estrutura manicomial, porque a tal promessa de cura pela medicalização e os novos métodos empregados não contribuíam para a melhora. Ao contrário, faziam com que não houvesse alta, com que os clientes se tornassem cada vez mais inaptos e dependentes da instituição, superlotando os hospícios (Amarante, 2014).

Ainda assim, no Centro Psiquiátrico Nacional, as atividades no ateliê de Nise da Silveira permanecem. Além do museu, fundado em 1952, o contato com Gustav Jung se intensifica e inicia-se pela primeira vez na América Latina o estudo de suas obras; o Museu do Inconsciente amplia suas instalações e Fernando Diniz, paciente de Nise, recebe o prêmio *hors concours* na exposição do Hôtel de Ville em Paris. Além de Fernando, outros pacientes, como Adelina Gomes, Carlos Pertuis, Emygdio de Barros e Octávio Inácio, também sobressaem pela qualidade de suas produções.

Neste período, as condições dos manicômios brasileiros não melhoram. Isso passa a ser um problema maior em meados da década de 1960, quando o Brasil passa a viver em um cenário político de ditadura militar, o que favoreceu tanto a institucionalização, quanto a privatização. Neste período foi criado o Instituto Nacional da Previdência Social (INPS), que é a união dos institutos de pensões e aposentadorias. Com isso o “Estado passa a comprar serviços psiquiátricos do setor privado e, ao ser privatizada grande parte da economia, o Estado concilia no setor da saúde pressões sociais com o interesse de lucro por parte dos empresários” (Amarante, 2014, p. 79). Segundo Amarante (2014), a doença mental torna-se mercadoria, fazendo com que aumentasse de forma significativa o número de leitos em hospitais psiquiátricos.

No ano de 1965, o Centro Psiquiátrico Nacional foi renomeado pelo presidente militar Castelo Branco de Centro Psiquiátrico Pedro II, passando a receber o nome do monarca que está associado à criação do primeiro hospício no Rio de Janeiro. Neste período, o complexo hospitalar ganhou proporções ainda maiores, recebendo homens, mulheres e crianças, e chegando a ser referência no país no número de leitos para estes últimos (Oliveira, 2009).

Basaglia (1985, p. 101) afirma que o manicômio era uma das instituições de violência, que coage e exclui como método, sendo a relação entre médico-paciente “uma relação de opressão e de violência entre o poder e não-poder, que se transforma em exclusão do segundo pelo primeiro”. Já Fanon (2020) expõe a relação de opressão entre poder e não poder, com a ideia de colonizado e colonizador. Basaglia (1985) e Fanon (2020) defendem que a violência e a exclusão são os alicerces destas relações sociais, sendo, portanto, necessária a luta para que haja libertação.

Na década de 1970, o manicômio encontra-se lotado de doentes crônicos. A força da ditadura militar que assola o país atinge a direção do Centro Psiquiátrico, que

pretende relegar o trabalho de Nise ao esquecimento. O uso indiscriminado dos medicamentos impossibilita as atividades expressivas e são construídos pavilhões verticalizados para abrigar os novos pacientes em uma política macro-hospitalar e asilar. As políticas de tratamento são centralizadas e permanecem as mais invasivas, como eletrochoques, lobotomias, camisas de força, além da medicalização. Neste período, o Centro Psiquiátrico Pedro II aumentou o número de leitos e o lucro das instituições privadas era exorbitante (Oliveira, 2009).

A situação se esgarça cada vez mais e, no final da década de 1970, três médicos residentes do Centro Psiquiátrico Pedro II denunciam no livro de registro da instituição as condições de maus tratos e violência a que eram submetidas as pessoas internadas, além das condições desumanas de trabalho dos profissionais. A partir daí são demitidos 260 trabalhadores das quatro unidades de saúde mental da Divisão Nacional de Saúde Mental (Dinsam) e, em resposta, os demais trabalhadores realizam uma greve em um episódio que ficou denominado como a Crise da Dinsam, um dos marcos de criação do Movimento dos Trabalhadores em Saúde Mental (MTSM), no Rio de Janeiro. Estes trabalhadores começam a se organizar a fim de realizar novas práticas que fugissem das amarras manicomiais; a esperança pelo fim da ditadura crescia e dava espaço para acreditar em novos serviços e práticas (Amarante, 2014).

## **A luta antimanicomial: “loucura não se prende, saúde não se vende. Por uma sociedade sem manicômios”**

No início da década de 1980, membros do MTSM e de outras organizações de trabalhadores passaram a ocupar a máquina burocrática do Estado em cargos importantes, como o das secretarias municipais e estaduais de saúde, na tentativa de propor e realizar reformas de dentro do aparelho estatal. A partir daí, é iniciada o que Amarante (2015) denomina de trajetória sanitarista, ou seja, um movimento pela reforma psiquiátrica alinhado a uma reforma sanitária.

Neste momento o clima era favorável às políticas humanizadas e integralizadas de saúde. Segundo as novas propostas, haveria o incentivo das políticas municipais, ou seja, os serviços não seriam mais centralizados pelo governo federal. Na saúde mental seria criada uma rede que substituiria o hospital psiquiátrico, espalhada pelo território, assim como também haveria “dispositivos que pudessem contemplar outras dimensões e demandas da vida, tais como moradia, trabalho, lazer, cultura, etc.” (Amarante; Nunes, 2018).

Indo ao encontro desta nova forma de atuar, pensando na saúde mental, na ampliação dos territórios de existência e não mais privilegiando a doença, surge o Espaço Aberto ao Tempo (EAT), criado por Lula Wanderley, psiquiatra, artista plástico e discípulo direto

de Nise da Silveira. O EAT nasce no ano de 1988, após o afastamento forçado de Lula do Museu Imagens do Inconsciente e descende da experiência realizada por ele de transformar uma enfermaria masculina em um espaço terapêutico que utilizava como ferramentas a arte e a cultura. Uma linha de fuga que fez com que se desativasse a enfermaria e, em seguida, a própria Unidade Hospitalar Gustavo Riedel.

Já na década de 1990, com a instauração do Sistema Único de Saúde (SUS) e a Reforma Psiquiátrica começando a se consolidar, surgem ainda outros dispositivos dentro do Centro Psiquiátrico Pedro II que dialogam com a arte e a cultura e auxiliam no processo de circulação no território daqueles sujeitos que antes eram privados de andar pela cidade. São eles: o Centro Comunitário, o Ambulatório (mesmo tendo uma política controversa voltada para prescrição médica, suas oficinas auxiliam no processo de desinstitucionalização) e o Grupo de Egressos, dispositivo esse que no ano de 2000 passa por mudanças por conta da política de abertura da instituição.

Os anos 2000 assistem à municipalização do Centro Psiquiátrico Pedro II e ao início da desconstrução de seu aparato manicomial. O centro vira instituto, recebe o nome da psiquiatra revolucionária Nise da Silveira e torna-se um serviço territorial que se articula com outros serviços de saúde da região. A partir disso, começa a ser pensada uma nova política e novas formas de organização dentro do instituto, para que não só se pudesse encaminhar o processo de desinstitucionalização, mas para que ele fosse acompanhado da instauração e consolidação de novos dispositivos de arte e cultura (Oliveira, 2009). Essas mudanças foram anunciadas durante a direção do psiquiatra Edmar Oliveira, que atuou ativamente para a desinstitucionalização do instituto.

O ano de 2001 é marcado pela aprovação da Lei nº 10.216, que legitima o direito à cidadania do sujeito acometido de doença mental e estabelece a implantação de serviços substitutivos ao hospital psiquiátrico, tais como os serviços residenciais terapêuticos (portarias nº 106/2000 e nº 1.220/2000), o Programa de Volta Para Casa (Lei nº 10.708, de 31/07/2003), o Centro de Atenção Psicossocial (Caps) e o Centro de Convivência e Cultura, possibilitando que o sujeito seja cuidado por serviços territoriais e ao mesmo tempo circule livremente pelos espaços coletivos urbanos (Amarante; Nunes, 2018).

Essas políticas refletiram no funcionamento do instituto. Ainda na primeira década dos anos 2000, a política e o cenário do antigo complexo hospitalar passam por diversas mudanças; o processo de desinstitucionalização começa a se estruturar e com isso os projetos que integram saúde mental, arte e cultura florescem ainda mais intensamente. Nas linhas de fuga da hospitalização e do sofrimento e nas brechas que progressivamente iam se abrindo na institucionalização, outras formas de cuidado puderam ser pensadas, tais como a formação do bloco carnavalesco Loucura Suburbana, que de forma simbólica abre os portões do manicômio para o bairro do Engenho de Dentro, permitindo que os “loucos” e os “sãos” se misturassem nas ruas, festejando com as suas fantasias.

Se no cenário da Reforma Psiquiátrica são fechados manicômios públicos e privados, no Instituto Municipal Nise da Silveira a oferta de leitos diminui e passa-se a apostar em outros programas que pudessem encaminhar aqueles que ainda moravam na instituição e não tinham para onde ir. Os dispositivos que existiam dentro da instituição se unem e ganham ainda mais força. Em 2007 é criada a Encantarte Editora, fruto da oficina literária do Caps Clarice Lispector, que publica livros de autores usuários do serviço de saúde mental e faz a produção gráfica para o Bloco Loucura Suburbana, entre outros trabalhos. Ou mesmo o próprio bloco, que em 2009 se une ao Caps Clarice Lispector e se transforma em ponto de cultura (Mendes, 2019).

Na segunda década de 2000, outros dispositivos surgiram no IMNS com intuito de reforçar os processos de desinstitucionalização com arte e cultura, tal como o Centro de Convivência Trilhos do Engenho e o Hotel da Loucura (atual Espaço Travessia). Os dois tinham uma proposta alternativa, de clínica itinerante, que levava em consideração o território e sua ocupação lúdica a partir de promoções de oficinas e exposições.

O Hotel da Loucura teve uma proposta similar à experiência francesa de Saint Alban, ocorrida em meados do século XX. Abrigava artistas que estavam de passagem pelo Rio de Janeiro e que em troca ofereciam atividades de fotografia, pintura, yoga, dança, música ou teatro. Repleto de instalações, cumpria um importante papel social ao trazer para o espaço do instituto visitas de estudantes universitários ou do ensino médio, que podiam experimentar como era estar em uma das antigas enfermarias, nas “baías”, como eram chamadas. Experiência marcante, ainda que agora elas estivessem transformadas, cobertas de obras de arte, de panos coloridos nas paredes e de mandalas que pendiam do teto.

Em 2018, o Espaço Aberto ao Tempo (EAT), que funcionava em uma antiga instalação do Centro Psiquiátrico, conseguiu construir uma nova sede com as portas voltadas para a rua, reafirmando o seu caráter inequivocamente antimanicomial. Depois de muita luta se torna um Caps III, referência na rede e na construção das novas formas de atendimento, que, através de diversas oficinas expressivas e terapêuticas, oferece aos usuários a possibilidade de outros lugares de existência, onde haja a oportunidade de (re)construção de seus desejos, de sua subjetividade e cidadania (Rotelli; Leonardis; Mauri, 2019; Lancetti, 2006).

Amarante *et al.* (2012) afirmam que a luta contra a institucionalização e a defesa de uma nova forma de cuidado psiquiátrico fazem com que surjam outras maneiras no campo político e social de manejar a loucura.

As ações artístico-culturais se destacam dentre essas ao possibilitarem que os próprios sujeitos falem de suas experiências, do seu sofrimento, de suas formas de estar e ver o mundo. Esse novo modo de lidar com a loucura demonstra como esta vem sendo reelaborada ou ressignificada por aqueles que viveram e vivem tal experiência: do sofrimento à criação. (Amarante *et al.*, 2012, p. 131).



Favorece também outras formas de comunicação que são capazes de produzir novas identidades “de poetas, músicos, pintores, atores, enfim, a identidade de artistas. essas novas identidades, decorrentes das atividades artístico-culturais que esses artistas produzem, caracterizam esse movimento como libertário, pois disparam rupturas com o instituído” (Amarante *et al.*, 2012, p. 131).

No plano das políticas nacionais, em 2011 foram criadas as Raps, as redes de atenção psicossocial, que ampliaram o acesso aos serviços ao articularem as instituições de saúde de um mesmo território. Mas, apesar da importância das Raps e da organização articulada que se instituiu, é importante destacar que, para as atividades de cultura e trabalho e geração de renda, não foram definidos recursos orçamentários, “revelando assim o pouco significado estratégico atribuído a tais iniciativas que poderiam ser melhor utilizadas” (Amarante; Nunes, 2018, p. 45).

## Retrocessos e desafios para a luta antimanicomial e o Instituto Nise da Silveira

É no decorrer desta segunda década dos anos 2000, que os maiores retrocessos começaram a surgir. Um dos primeiros sinais veio em 2015, com a nomeação de Valencius Wurch Duarte Filho para o cargo de coordenador-geral de Saúde Mental, Álcool e Outras Drogas do Departamento de Atenção Especializada e Temática, da Secretaria de Atenção à Saúde. A sua indicação gerou protestos pelo país inteiro, principalmente em Brasília, onde os manifestantes ocuparam a sala do então coordenador por quatro meses, até a sua exoneração. Apesar desta conquista dos militantes da Luta Antimanicomial, o retrocesso estava sendo anunciado e seu caminho começava a ser traçado (Cruz; Gonçalves; Delgado, 2020).

Entre 2016 e 2019, anos que vão do *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff à chegada de setores conservadores e reacionários ao governo, o governo federal ampliou o financiamento dos hospitais psiquiátricos; reduziu o cadastramento de Centros de Atenção Psicossocial (Caps) e ampliou o financiamento para mais 12 mil vagas em Comunidades Terapêuticas. Restaurou a centralidade do hospital psiquiátrico e recomendou a não utilização da palavra “substitutivo” para designar qualquer serviço de saúde mental, recriando o hospital-dia, “um arcaísmo assistencial, vinculado aos hospitais psiquiátricos, sem definir sua finalidade, em evidente reforço ao modelo desterritorializado” (Delgado, 2019, p. 3), desfazendo em poucos anos o que a luta antimanicomial demorou três décadas para construir.

Além de toda dificuldade enfrentada nos últimos tempos, o ano de 2020 surpreende com a chegada da pandemia mundial ocasionada por conta da Covid-19. Fez-se, então,

com que os dispositivos dentro do Instituto Municipal Nise da Silveira passassem por uma nova adequação, inevitável frente à suspensão das atividades coletivas. A partir desta condição, foi necessário pensar em novas maneiras de promover saúde mental e, com isso, a internet serviu como ferramenta de comunicação para novos e diferentes encontros. O Trilhos do Engenho e o Espaço Travessia ofereceram oficinas online, a fim de possibilitar o cuidado a distância. Já o Bloco Loucura Suburbana, além das oficinas, ofereceu diversas *lives* para que fossem lembradas a história do bloco e a sua construção. Eram as lembranças que de alguma maneira atravessavam a todos e enchiam de saudade os apaixonados pelo carnaval do Engenho de Dentro.

Dispositivos, como o Caps EAT Severino dos Santos e o Caps Clarice Lispector, continuaram funcionando, ainda que reduzidamente, consultando e realizando entregas de medicação. Em 2021, o EAT, em associação com o Instituto de Psicologia da Uerj, inicia a sua primeira oficina *online*: o grupo Cooperança Digital. Lula Wanderley, que foi o responsável pelas primeiras oficinas do EAT, ainda nos anos 1980, participa dessa experiência que reúne os usuários em encontros virtuais semanais. Nas oficinas, que buscaram dinamizar a sociabilidade perdida durante a pandemia, os usuários tiveram a oportunidade de manter os laços com a equipe e os demais clientes, além de discutirem sobre os temas que os atravessaram durante a semana.

É importante ressaltar que as iniciativas realizadas por meio da *internet* foram essenciais durante o período da quarentena, mas elas esbarravam sempre na dificuldade de todos terem acesso a esses encontros e atividades que, infelizmente, não poderiam se realizar presencialmente. A clínica itinerante do construir no dia a dia, do ocupar a cidade, tornou-se um desafio e foi preciso recuar para resistir.

## Considerações finais

Esse trabalho buscou cartografar as diversas formas de cuidado pela arte e cultura presentes na história do Instituto Nise da Silveira. Uma cartografia que se fez no perambular pelos serviços, pelos prédios semidesocupados, no encontro com clientes pelos pátios, pelas ruas que circulam a instituição, mas também no encontro com as camadas da história que estão presentes ali. O perambular pode ser definido como aquele caminho que se faz sem ter roteiro prévio, mas vivido de forma intensa, movido pelas pulsações despertadas a cada passo dado. Esse vaguear aparentemente sem destino, que se constrói em sua própria execução, encontra na cartografia a sua melhor tradução.

A década de 2000 foi de grande intensidade no IMNS. Neste período iniciam-se, na prática, a desconstrução oficial dos serviços manicomiais e a instauração dos dispositivos de saúde mental no território, lógica que já vinha sendo combatida desde 1944, com a entrada da Nise da Silveira e o seu fazer revolucionário de cuidado pela arte. Assim como no

momento de construção do STOR e no nascimento do Museu Imagens do Inconsciente, fizeram-se novas e potentes linhas de fuga naquela instituição.

As enfermarias, no decorrer dos anos, foram desocupadas de pacientes e preenchidas por arte e cultura, além de sujeitos ativos no ir e vir. Transformaram-se no Museu Imagens do Inconsciente, no Espaço Aberto ao Tempo (Caps EAT Severino dos Santos), no Ponto de Cultura Loucura Suburbana, no Centro de Convivência Trilhos do Engenho, no Hotel da Loucura (atual Espaço Travessia) e em tantos outros serviços que nasceram da crença na mudança. Formas de cuidado que são resultado de um olhar humanizado sobre a “loucura” e que possibilitaram, ao longo do tempo, a metamorfose do complexo hospitalar e manicomial em um novo cenário, oferecendo aos usuários a possibilidade de construção de outros lugares de existência e potencialidade.

Mas essa mudança também só foi possível porque o conjunto de práticas de resistência ao manicômio, que foram se sedimentando ao longo do tempo naquela instituição, ganharam plena significação na década de 1980, com o corte epistemológico, social, político e cultural, realizado pelo movimento da Reforma Psiquiátrica brasileira.

Neste sentido, é sempre importante lembrar que um dos marcos simbólicos desse corte foi a denúncia feita por três médicos residentes no livro de registros desta instituição, que na época ainda se chamava Centro Psiquiátrico Pedro II, narrando os maus tratos e as condições desumanas a que estavam submetidos os internos. Percebe-se assim o embate de forças antagônicas que coexistiam ali e o quanto foi necessário desconstruir a lógica hospitalocêntrica e excludente, quantos agenciamentos com o território, com os serviços de saúde e com a comunidade precisaram ser feitos para que o projeto de uma sociedade sem manicômios pudesse se sustentar. Essa transformação incluiu desde a mudança do espaço físico da instituição, a intervenção em uma estrutura arquitetônica originalmente pensada para a produção de uma identidade cronificada e para o assujeitamento, nos termos de Lancetti (2006), até a realização de projetos que abriram a instituição para a rua, conforme Oliveira (2009).

Em tempo de pandemia e de governos autoritários, entretanto, romper o instituído foi um desafio para todos. Atualmente, apesar de todos os retrocessos, o Nise continua com seus dispositivos de arte e cultura. O Museu Imagens do Inconsciente, junto com a direção do instituto, tem o intuito de transformar o IMNS em um parque, para que seja um espaço de lazer aberto e gratuito para a comunidade, assim como manter o Centro de Estudos, Treinamento e Aperfeiçoamento Paulo Elejalde (Cetape) e criar o museu sobre a história da psiquiatria (Schincariol, 2019).

Se a pesquisa cartográfica consiste no acompanhamento de processos, mais do que na representação de objetos, como já referenciado, cartografar o Nise significa voltar à história de seus embates, compreender a arte e a cultura como uma das forças de resistência

à morte em vida imposta pelo manicômio. Significa compreender o quanto esta força de resistência foi capaz de alterar o curso de vidas destinadas ao isolamento, ampliando seus territórios de vida, agenciando desejos, dando à loucura um novo contexto e significação.

**Contribuições dos/as autores/as:** Ambas as autoras participaram da concepção, elaboração e revisão do artigo.

**Agradecimentos:** Não se aplica.

**Agência financiadora:** Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)

**Aprovação por Comitê de Ética:** Não se aplica.

**Conflito de interesses:** Não se aplica.

## Referências

AMARANTE, P. Asilos, alienados e alienistas: pequena história da psiquiatria no Brasil. In: AMARANTE, P. (Org.). *Psiquiatria social e Reforma Psiquiátrica*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2014.

AMARANTE, P. *Loucos pela vida: a trajetória da Reforma Psiquiátrica no Brasil*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2015.

AMARANTE, P. et al. Da diversidade da loucura à identidade da cultura: o movimento social cultural no campo da Reforma Psiquiátrica. *Caderno Brasileiro de Saúde Mental*, v. 4, n. 8, jan./jun. 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/cbsm/article/view/68659>. Acesso em: 22 ago. 2020

AMARANTE, P.; NUNES, M. O. A Reforma Psiquiátrica no SUS e a luta por uma sociedade sem manicômios. *Ciência e Saúde Coletiva*, v. 23, n. 6, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-81232018236.07082018>. Acesso em: 23 set. 2020.

ARQUIVO NACIONAL. Série Saúde. *Ofícios, processos e relatórios*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, [191-?].

BARROS, L. P. de; KASTRUP, V. Cartografar é acompanhar processos. In: PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCOSSIA, L. (Org.). *Pistas do método da cartografia*. Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade. Rio de Janeiro: Sulina, 2015.

BASAGLIA, F. As instituições da violência. In: BASAGLIA, F. (Org.). *A instituição negada: relato de um hospital psiquiátrico*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.

CRUZ, N. F. O.; GONÇALVES, R. W.; DELGADO, P. G. G. Retrocesso da Reforma Psiquiátrica: o desmonte da Política Nacional de Saúde Mental brasileira de 2016 a 2019. *Trabalho, Educação e Saúde*, v. 18, n. 3, 2020. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/about/submissions#authorGuidelines>. Acesso em: 7 abr. 2021

- DELGADO, P. G. G. Reforma Psiquiátrica. Estratégias para resistir ao desmonte. *Trabalho, Educação e Saúde*, v. 17, n. 2, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tes/a/zV7FgHGZww6WWRfsgDK7bkn/?lang=pt>. Acesso em: 12 maio 2021.
- FANON, F. Encontro entre a sociedade e a psiquiatria. In: KHALFA, J.; ROBERT, J. C. (Org.). *Alienação e liberdade: escritos psiquiátricos*. São Paulo: Ubu Editora, 2020.
- FOUCAULT, M. *O poder psiquiátrico*. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- GOFFMAN, E. *Manicômios, prisões e conventos*. São Paulo: Perspectiva, 1974.
- LANCETTI, A. *Clínica peripatética*. Rio de Janeiro: Hucitec, 2006.
- MELLO, L. *Nise da Silveira: caminhos de uma psiquiatra rebelde*. Rio de Janeiro: Automática, 2015.
- MENDES, A. Loucura de todos nós: e vamo que vamo! *Archivos Contemporâneos do Engenho de Dentro: história da desconstrução de um manicômio*, ano 2, v. 2, n. 2, nov. 2019.
- OLIVEIRA, E. *Ouvindo vozes*. Histórias do hospício e lendas do encantado. Rio de Janeiro: Vieira Lent, 2009.
- PASSOS, E.; BARROS, R. B. A cartografia como método de pesquisa-intervenção. In: PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCOSSIA, L. (Org.). *Pistas do método da cartografia*. Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade. Rio de Janeiro: Sulina, 2015.
- ROTELLI, F.; LEONARDIS, O. de; MAURI, D. *Desinstitucionalização*. Rio de Janeiro: Hucitec, 2019.
- SCHINCARIOL, G. De Pedro II à Nise da Silveira. *Archivos Contemporâneos do Engenho de Dentro: história da desconstrução de um manicômio*, Rio de Janeiro, ano 2, v. 2, n. 2, nov. 2019.
- VALENTIM, R. P. F. et al. As mulheres da colônia de alienadas do Engenho de Dentro. *Revista de Psicologia em Pesquisa*, Juiz de Fora, v. 13, n. 2, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.34019/1982-1247.2019.v13.23786>. Aces